

## BÁRBARAS GUERRAS: POVOS INDÍGENAS NOS CONFLITOS E ALIANÇAS PELA CONQUISTA DO SERTÃO NORDESTINO COLONIAL

RICARDO PINTO DE MEDEIROS - UFPB

A partir da segunda metade do século XVII, com o fim da guerra com os holandeses, e afastada a ameaça de invasão externa, intensifica-se o processo de ocupação do sertão, principalmente através da expansão da atividade pecuária. Esta expansão vai provocar uma série de conflitos entre os novos e os antigos habitantes. Para tentar identificar e analisar como os povos indígenas do sertão nordestino, envolveram-se neste processo de alianças, guerras e pazes que caracterizou a conquista do sertão nordestino no período colonial, selecionamos alguns exemplos mais interessantes da participação ativa dos índios neste processo, obtidos a partir de pesquisa realizada principalmente em fontes primárias, agrupando-os em três grandes áreas: a) o sertão do Recôncavo baiano e a margem baiana do rio São Francisco, incluindo o sul da capitania do Piauí, atingido pela expansão baiana na segunda metade do século XVII; b) o sertão das capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará, incluindo a margem pernambucana do rio São Francisco, e mais especificamente o sertão do Ararobá e as ribeiras dos rios Moxotó e Pajeú; c) o sertão das capitanias do Maranhão e do Piauí, onde se encontram, no século XVIII, as entradas vinda do sertão da Bahia com as vindas do Maranhão. Além do corte espacial político-administrativo, este agrupamento correspondeu, grosso modo, à seqüência temporal na qual os conflitos adquiriram maior intensidade segundo a documentação pesquisada.

Durante as décadas de 50, 60 e 70 do século XVII são organizadas várias jornadas ao sertão do Recôncavo baiano, principalmente comandadas por paulistas, para combater os índios que estavam atacando as vilas da região, principalmente as de Cairú, Camamu e Boipeba. A maior parte da documentação pesquisada para a região do sertão do Recôncavo baiano neste período não fornece etnônimos para os povos envolvidos nos conflitos, tratados genericamente como o “gentio bárbaro” que ataca as vilas, plantações e fazendas dos moradores. No entanto, alguns são citados, como os Topin, os Paiaíá e os Maracá. Os Paiaíá aldeados na serra da Jacobina vão ser transferidos para a serra do Orobó para

servirem de muralha contra os ataques ao Recôncavo e também auxiliarão nos combates contra os Maracá. Depois de um período de aparente calma, voltam a aparecer na documentação pesquisada conflitos na região do Recôncavo, a partir das primeiras décadas do século XVIII, principalmente entre 1719 e 1722. Neste período foram encontradas várias cartas do governador geral do Estado do Brasil solicitando índios para a “Guerra dos Bárbaros” na região. No mesmo período são também pedidos índios para a “Guerra dos Bárbaros” no sertão do São Francisco e no Piauí, o que aponta para uma generalização dos conflitos do ponto de vista espacial, que passam a ocorrer em várias regiões neste momento. <sup>1</sup>

A região em torno do rio São Francisco estava dividida entre as jurisdições das capitanias da Bahia e de Pernambuco, e foi palco de disputas entre estas jurisdições durante todo o período colonial. Uma das figuras de maior destaque na região, tendo atuado nas duas margens do rio, foi Francisco Dias de Ávila. Em 1674, os Anaió, que estavam aldeados na barra do rio Salitre e haviam se rebelado, foram combatidos por uma bandeira por ele organizada. Em 1675, Domingos Rodrigues Carvalho, a mando do mesmo, reprimiu os Galache que estavam também atacando a região. Em 1676, Francisco Dias de Ávila vai receber apoio dos Cariri aldeados pelos capuchinhos franceses nas ilhas do São Francisco para combater os Anaió.<sup>2</sup>

Atravessando o São Francisco, a expansão da colonização vinda do sertão da Bahia, atinge o sertão sul e sudeste do atual Estado do Piauí. Segundo Urbino Vianna, o governador geral do Estado do Brasil D. João de Lencastre, manda, em cumprimento às ordens régias de dez de novembro de 1698 e dois de dezembro de 1698, fundar as povoações de Parnaguá [atualmente a cidade de Parnaguá está localizada no extremo sul do Piauí], Santa Rita do Rio Pardo e S. São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, a que depois se acrescentou Campo Largo; a fim de que pudessem seus habitantes opor resistência eficaz aos “*Acroazes, Mocoazes e Rodeleiros*”. <sup>3</sup>

Os primeiros conflitos que pudemos identificar na margem pernambucana do sertão do rio São Francisco, ocorreram por volta de 1675, pois neste ano é discutida no Conselho

Ultramarino uma carta do governador geral do Brasil ao rei, onde o mesmo informava que haviam se rebelado algumas aldeias da parte norte do referido rio, persuadidas do principal de uma, e que havia enviado Francisco Dias Ávila com cem homens brancos, além dos índios à sua custa, com ordem que de nenhuma maneira fizesse guerra, senão que em primeiro lugar fosse de paz ao principal ofendido e o persuadissem a vir com ele para a vizinhança da Bahia aonde ele governador lhes daria terras, e seriam conservados em sua liberdade e do mesmo modo falasse com os principais das outras aldeias e quando os não pudesse reduzir com razões e promessas, os obrigasse por força. <sup>4</sup>

Em 15 de agosto de 1691, o governador de Pernambuco escreveu ao capitão-mor do Rio de São Francisco, Diogo de Souza Vieira, a respeito de uma carta que havia recebido do capitão-mor do Ararobá, João de Oliveira Neves, dando conta que os Tapuia Hoés Hoés, e seis nações mais, tinham feito grandes hostilidades naquela capitania, e pedia socorro. O governador ordenou que mandasse toda a gente de guerra da aldeia dos Urumaru administrada pelo padre capuchinho frei Boaventura com um cabo de satisfação a incorporar-se na aldeia do Ararobá com o capitão-mor João de Oliveira Neves e juntamente tivesse prevenida outra tropa dos Tapuia Chocó, Carnijó e Carapotó para entrar pelo rio dos Cabaços buscando a região que fica entre o Pajeú e os campos do Buíque, esperando aviso do capitão-mor de quando deviam partir. No dia seguinte, o governador de Pernambuco ordena ao capitão Antônio Gomes Brandão ir ao Pajeú e puxar por toda a gente das ordenanças e gentio índios e Tapuia que ali se achassem para os acompanharem na entrada ao Tapuia levantado. No mesmo dia escreve, ao missionário dos Urumaru que assistia no rio de São Francisco, que ordenasse ao cabo deles, Antônio Capas, que marchasse com todos que forem de arco para a capitania do Ararobá às ordens de um cabo branco para socorrê-la. <sup>5</sup>

Os conflitos na ribeira do Pajeú voltam a aparecer na documentação pesquisada no ano de 1713, numa carta escrita pelo governador de Pernambuco ao capitão-mor João de Oliveira Neves, onde comenta que havia lhe chegado a notícia de que na ribeira do Pajeú se achava revolto o gentio Xocó e que estes tinham agregado os Guegue, Uman, Carateú e

Pipán, e convinha muito que ele se achasse prevenido para qualquer invasão que intentassem estes bárbaros. Em 25 de agosto do ano seguinte, é apresentada na Junta das Missões, uma petição com um assinado dos moradores do sertão do rio de São Francisco e uma carta do seu capitão-mor, pedindo autorização para fazer guerra aos índios das nações Xocó e Paraquió pelos roubos e extorsões que lhes faziam, e não se acharem aldeados, e que o provincial de São Francisco havia informado que na Bahia houvera ordem do Governador Geral para lhes fazer guerra. <sup>6</sup>

Em 1759 é feita uma devassa sobre o ataque que os Pipipán e Paraquió haviam feito na ribeira do Moxotó. Segundo esta devassa os Paraquió e Pipipán que eram da mesma língua haviam se unido, tendo participado também do massacre os Xucuru. Segundo esta devassa estes índios atuavam nas ribeiras do Moxotó, Pajeú e São Francisco e a maioria vivia de corso nas caatingas. A sentença da devassa sai em 22 de outubro de 1759 e manda prender os Pipipán, Xocó, Ohé Ohé, Paraquió e o índio Felipe que tinha a alcunha de Cabelo Vermelho.<sup>7</sup>

O sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz, em carta ao governador de Pernambuco, escrita da Ribeira do Pajeú, em seis de julho de 1760, narra que no dia quinze de maio havia deixado Monte Alegre para cuidar da entrada que deveria mandar fazer aos índios silvestres das nações dos Paraquió, Xocó, Manguenzes, Oguêz, Karacuíz e Uman. Informa que, com a bandeira que mandou aos Paraquió, com o auxílio dos Carnijó, “colheu” cento e setenta índios. No dia trinta de maio havia mandado outra bandeira aos Paraquió com moradores da freguesia dos Garanhuns ou Ararobá e os Xucuru.<sup>8</sup>

Nos sertões da capitania da Paraíba, Rio Grande e Ceará, logo após a expulsão dos holandeses, os portugueses vão começar a povoar a região entrando em conflito com os diversos povos que ali habitavam. Entre estes, os mais visados são os Janduí, por terem se aliado aos holandeses contra os portugueses.

Em 1662, a rainha escreve ao governador do Estado do Maranhão sobre uma carta recebida do capitão-mor da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão, em que informava que os Janduí, haviam rebelado-se e tornado-se inimigos, tendo já matado alguns

moradores da capitania do Rio Grande. Nesta carta, o capitão-mor da Paraíba defende que conviria lhes fazer guerra com que se extinguissem de uma vez por todas, para não se criar neles outros novos araucanos, por terem já muita quantidade de cavalos, em que se exercitavam com a doutrina que os holandeses lhes haviam deixado. Em seguida se oferece para fazer a guerra, com pouco dispêndio da Fazenda Real, porque seu sobrinho Diogo Coelho de Albuquerque, tinha na capitania do Ceará, à obediência dele, outras nações de bárbaros contrários aos Janduí que atacando-lhes pelas costas, não poderiam escapar, nem fugir.<sup>9</sup>

A guerra contra os Janduí durará até dez de abril de 1692, quando são feitas as pazes entre o governador geral do Brasil Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho e os Tapuia que haviam ido dos campos do Açu a Salvador pedir pazes, conforme cópia das capitulações, publicada por Ernesto Ennes:

*“Em os cinco de Abril do presente ano, chegaram a esta cidade da Bahia Joseph de Abreu Vidal, Tio do Canindé rei dos Janduins, Maioral de três aldeias sujeitas ao mesmo rei: e Miguel Pereira Guarejú Pequeno, maioral de três aldeias sujeitas também ao mesmo Canindé; e com eles o capitão João Paes Floriam português, em nome de seu sogro putativo chamado Neongugê; maioral da sua aldeia Sucurû da mesma nação Janduim, e cunhado recíproco do dito rei Canindé, a cuja obediência, e poder absoluto está sujeita toda a nação Janduim, dividida em vinte, e duas aldeias; sitas no sertão que sobre as capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande; nas quais há treze, para catorze mil almas, e cinco mil homens de arcos, destros nas armas de fogo.”*

Segundo estas capitulações, estes maioriais nomeados com mais quinze índios e índias que o acompanhavam na presença do governador geral e em nome do rei dos Janduí, o Canindé, estabeleceram *“uma paz perpétua para viver a sua nação, e a portuguesa como amigas”*. Foram estabelecidos, entre outros pontos, o reconhecimento do

Rei de Portugal como soberano e que auxiliariam os portugueses contra os estrangeiros e contra os índios de outras nações.<sup>10</sup>

Em fins do século XVII, houve uma guerra na capitania do Ceará contra os Anacé, que haviam se rebelado. Através de um parecer do Conselho Ultramarino, emitido em 22 de agosto de 1696, sobre a carta de Fernão Carrilho, que havia sido capitão-mor do Ceará, escrita em 09 de junho de 1696, ficamos sabendo um pouco mais sobre este conflito. Nesta carta, Fernão Carrilho informa ao rei que quando esteve na dita capitania, desceu do sertão os Anacé, e os situou em um lugar a que chamam Pamâmerim a norte da Fortaleza, pelo fato dos ditos Anacé terem ajudado na guerra que havia feito contra os Paiacú de que resultava estarem os mesmos em paz com os portugueses. Porém, mesmo sendo os Anacé os que mais se destacaram na luta contra os Paiacu, alguns moradores pretenderam “corrê-los”, o que provocou o levantamento onde se perderam tantas vidas e fazendas.<sup>11</sup>

A partir do fim de 1707, inicia-se um período de guerra generalizada ao “Tapuia de Corso” que estavam atacando os moradores do Rio Grande e Jaguaribe. A decisão para esta guerra foi tomada a partir de um parecer do Conselho Ultramarino em quatorze de dezembro, sobre uma queixa do governador da capitania de Pernambuco a respeito destes ataques. Baseado neste parecer, o rei escreve, no início de 1708, ao governador de Pernambuco e ao governador geral do Brasil, ordenando fazer guerra geral a todas as nações de índios de corso, entrando pelo sertão da Bahia, Rio Grande e Ceará<sup>12</sup>

A última informação encontrada na pesquisa sobre guerras na região do Açú e do Jaguaribe é de 1722. Neste ano, o rei escreve ao governador de Pernambuco que havia sido informado de que, no ano anterior se havia feito uma guerra injusta contra os Jenipapoçu na vila de Jaguaribe. O rei ordenou ao governador de Pernambuco tomar informações, e se a guerra tivesse sido injusta, restituir a liberdade aos índios e dar baixa aos cabos que foram a esta expedição.<sup>13</sup>

As guerras ocorridas nos sertões do Maranhão, principalmente na região dos rios Mearim, Itapicuru e Munim, e do sertão do Piauí, prolongaram-se durante todo o século

XVIII, entrando pelo século XIX, na região sul do Piauí, onde os conflitos com os Pimenteiras continuaram ocorrendo até o fim do período colonial.

Numa carta do rei ao governador de Pernambuco, escrita em vinte de outubro de 1718, sobre uma carta que havia recebido do mestre de campo da conquista das capitânicas do Maranhão e Piauí Bernardo Carvalho de Aguiar, a respeito de como destruir o gentio de corso daquelas terras, ficamos sabendo qual era o seu projeto, que acabou sendo encampado pelo rei, que aprovou a sua idéia, mandando que fosse executada. O projeto recomendava compor-se um exército de mais de quatrocentos índios, fora os brancos, que seriam tirados das aldeias do Camarão até o Ceará e do rio São Francisco, escolhendo-se das ditas aldeias os que fizessem menos falta nelas, e que para se ajudar a dita expedição podia ir do Maranhão alguma gente paga já experimentada nesta guerra.

Nos anos de 1759 e 1760, são mencionadas na documentação pesquisada, várias hostilidades provocadas pelos Timbira, Guegue e Acroá, nas regiões do Parnaguá e Gurgueia, na capitania do Piauí; e na freguesia de Pastos Bons, na capitania do Maranhão. Em carta do governador do Maranhão ao rei, escrita em julho de 1763, o mesmo informava a invasão que os Guegue e Timbira tinham feito na ribeira do Itapicuru, Arraial de São Felix da Boa Vista, na freguesia de São Bento das Balsas. Em abril de 1765, o governador do Piauí escreve ao tenente coronel João do Rego Castelo Branco, ordenando que o mesmo continuasse a guerra contra os Guegue. A tropa deveria compor-se da maior parte de moradores das freguesias do Parnaguá e Jerumenha e de todos os índios do Arraial de São Felix.<sup>14</sup>

Uma outra questão interessante em relação às guerras ocorridas nesta região, no período que vai de fins do século XVII até meados do século XVIII, foi o constante pedido e o envio para as mesmas, de índios aldeados das capitânicas da Bahia e de Pernambuco, principalmente das aldeias do rio São Francisco e da Serra da Ibiapaba. Na segunda metade do século XVIII, a maioria dos índios que vai combater nestas guerras é da própria região, sendo boa parte dos combates financiados pelos fazendeiros de gado através de impostos, como a finta, já que com a proibição da escravidão indígena em 1755, no bojo das

transformações do período pombalino, o interesse por estas guerras diminui pelo fato de não poderem ser pagas com as presas realizadas.

Em suma, o que pode-se perceber com relação às guerras que se espalharam em toda a região que corresponde ao atual nordeste durante o período estudado, é que as alianças entre os colonizadores e alguns povos indígenas e índios aldeados, tiveram uma importância muito maior no sucesso da conquista e colonização do sertão nordestino do que se tem apresentado na historiografia até então.

---

1 Cf. PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. Povos indígenas e a colonização dos sertão nordestino do Brasil. 1650-1720. São Paulo: Tese de doutoramento – Programa de Pós-graduação de História Social da USP, 1998, p. 73/96; BARROS, Francisco B. **Bandeiras e Sertanistas Baianos**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1920; MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**. São Paulo: Ed. Nacional, 1935. (brasílica, 45), TAUNAY, Afonso de. **A Guerra dos Bárbaros**. São Paulo, Rev. do Arquivo Municipal, ano 2 n.22, p. 7/331, abril de 1936 e **História Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: H L Canton, 1924-1 e VIANNA, Urbino. **Bandeiras e Sertanistas Baianos**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional 1935 (brasílica, 48) e DHBN (Documentos Históricos da Biblioteca Nacional) , vols: 3, 4, 5, 7,8, 9, 11, 41, 42, 43, 44, 45, 66, 67, 73 e 97.

<sup>2</sup> PUNTONI, op.cit, VIANNA, op.cit, BARROS, op.cit. e MAGALHÃES, op.cit.

<sup>3</sup> VIANNA, p. 63/64

<sup>4</sup> DHBN 88 p. 33/34

<sup>5</sup> BNL PBA – Biblioteca Nacional de Lisboa – Coleção Pombalina Cd (Códice) 239 p. 347/349 e 129/130

<sup>6</sup> BNL PBA Cd. 115 p. 55/58 e 207

<sup>7</sup> “Devassa a que mandou proceder o governador e capitão geral de Pernambuco acerca do assalto que o gentio bravo ‘Pipães e Paraquió’s’ fizeram na ‘ribeira do Moxotó’ no dia 28 de agosto de 1759 e do qual resultaram algumas mortes, 13/10/1759, Ribeira do Moxotó – fazenda Cuncalaco” AHU (Arquivo Histórico Ultramarino) cd 1919

<sup>8</sup> AHU cd 1919 p. 89/92

<sup>9</sup> AHU cd 275 f 315v

<sup>10</sup> Ennes, Ernesto. **A Guerra nos Palmares** (subsídios para a sua história). 1º Volume Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1689-1709. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. (brasílica, 127), p. 422/426.

<sup>11</sup> BN (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro) Pareceres do Conselho Ultramarino – Capitania de PE. 1673-1696 Mss. 22,2,8.

<sup>12</sup> AHU Cd 265 f. 203/203v; Cd 257 f 214v/215, DHBN 34 p. 296/299 e MENEZES, Antonio Bezerra de. Algumas Origens do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, XVI, p. 134-159, 1902, p. 149/150.

<sup>13</sup> AHU Cd 258 f 273v/274

<sup>14</sup> IHGB 1.1.11 p. 219 e AHU PI d a (documentos avulsos do Piauí) 1765.04.01